

Orçamento 2020 e 13º salário foram temas de destaque no CO de 24/10. Alteração no sistema de votação docente aos colegiados foi rejeitada

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um resumo das discussões feitas na última reunião do Conselho Universitário (CO), em 24/10/2019. A divulgação antecipada da proposta de orçamento da Universidade para 2020, antes de discussão pela Comissão de Orçamento do CADE, foi bastante criticada. Cobranças sobre uma definição para o 13º salário de 2019 também ocuparam parte expressiva das falas. A seguir, confira estes e outros tópicos debatidos.

Boletim econômico e 13º salário

O professor José Roberto Ruggiero, assessor-chefe de Planejamento e Orçamento da Unesp, fez uma explanação sobre as finanças da Universidade, a partir dos dados constantes no *Boletim Econômico Propeg*. No quadro geral, ele apontou uma leve queda no desemprego, porém, com aumento da informalidade. Na esfera estadual, destacou a quase estagnação da arrecadação de ICMS deflacionado, com um leve aumento.

Em relação à Unesp, ele ressaltou o comprometimento com folha de pagamento, tendo como base o mês de setembro/2019, de 87,24%. O assessor informou que há um saldo de R\$ 183 milhões em caixa, mas lembrou que tal situação se deve, em boa medida, ao adiantamento do repasse do ICMS feito pelo governo estadual neste ano à Unesp, para quitação do 13º salário de 2018.

O professor Ruggiero foi questionado por representantes do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão Adunesp sobre a situação do 13º salário deste ano. Uma das dúvidas levantadas foi a seguinte: ainda que sejam repassados os R\$ 83 milhões relativos ao ressarcimento da Unesp pelo pagamento dos salários do pessoal do HC neste ano, se considerarmos que há mais R\$ 40 milhões reservados na conta bancária especial do 13º salário, não teríamos o valor suficiente para quitar o pagamento integral, que demanda cerca de R\$ 170 milhões. Sobre isso, o assessor-chefe explicou que a diferença necessária se encontra no saldo de R\$ 183 milhões citado anteriormente. Tanto Ruggiero quanto o reitor Sandro Valentini, em intervenções posteriores, informaram que a Reitoria pretende pagar a primeira metade do 13º salário para todos (celetistas e estatutários) no dia 29/11. Caso se regularize o repasse dos R\$ 83 milhões ainda neste ano, a segunda metade dos estatutários seria feita ainda em dezembro, junto com a dos celetistas.



A reunião do CO em 24/10

Nota da redação: No dia seguinte ao CO, a Reitoria divulgou comunicado com as informações citadas acima. No dia 29/10, foi divulgada a informação de que o governador havia enviado projeto de lei complementar à Assembleia Legislativa (alesp), alterando artigos da LC 1.124/2010, que estabeleceu a autarquia do HC de Botucatu, e permitindo o repasse à Unesp dos valores correspondentes à folha salarial dos servidores da Universidade que prestam serviço ao hospital. O projeto ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Alesp.

Ainda sobre a questão do saldo em conta (os R\$ 183 milhões), as perguntas dos membros do Chapão ensejaram uma rápida discussão, deixando a seguinte impressão: a Reitoria fala com claro orgulho do saldo apresentado. A curva de gastos mostra-se, de fato, menor do que a de captação de receitas pela primeira vez desde o início da atual gestão. É claro ser essa uma boa nova. Nada disso se nega. O que falta à conclusão da Reitoria e que justifica o destaque aqui apresentado é que



um tal saldo superavitário deve-se às custas da ausência de reajuste, da falta de contratação (de servidores técnico-administrativos e docentes, em geral, e em RDIDP em particular no caso destes últimos), da depreciação dos serviços nas unidades (por exemplo, refletida no decréscimo dos funcionários da limpeza), da estagnação dos planos de carreira etc. Em suma, parece faltar à Reitoria certa medida da precisão: as curvas se inverteram. Vírgula. Às nossas custas e não devido a um programa de gestão. Ponto.

Orçamento da Unesp para 2020

O assessor Rogério Buccelli fez uma apresentação do orçamento da Universidade para 2020. Segundo a mesa, a ideia era apresentar um panorama da elaboração do orçamento. Há nessa simples frase dúvidas que poderiam ser já levantadas. Por exemplo: o referido assessor é membro da Comissão de Orçamento? O tempo dessa apresentação seria também dado ao coordenador da Comissão de Orçamento? A resposta para ambas as perguntas é negativa.

Buccelli explicou que a elaboração do orçamento contempla três etapas. 1) avaliação da previsão de arrecadação do ICMS dada pelo governo, 2) análise da equipe econômica da Universidade e 3) pré-proposta enviada à Comissão de Orçamento.

Após uma série de análises razoavelmente claras, foi mostrado que a previsão governamental de arrecadação parece ser inviável. Foi, segundo o assessor, superestimada. Em sua opinião, trata-se de uma “uma estratégia política”: superestima-se a arrecadação, acomodando emendas e afins, e ao início do ano subsequente faz-se contingenciamentos.

Conclui-se, portanto, que a equipe econômica da Unesp trabalha não com a arrecadação prevista pelo governo, mas com um número mais aderente à tendência atual.

Diante deste panorama, a equipe econômica, nas palavras do assessor Buccelli, fez uma pré-proposta para que a Comissão de Orçamento questione, proponha, emende, e assim por diante. A resultante de todas essas forças vai ao CADE. A pré-proposta da equipe econômica contempla, em lista não abarcativa, mesmo volume de recursos para benefícios, Unesp-saúde, custeio de unidades, Edunesp e Fundunesp que no orçamento anterior.

Neste momento, o conselheiro Cláudio Paiva, atual presidente da Comissão de Orçamento, pediu a palavra e teve concedidos 5 minutos para sua fala (!). O professor começou criticando o modo pelo qual o orçamento é (ou não é) pensado: o orçamento é, nos moldes atuais, uma distribuição de recursos que “talvez” venham. Não é estratégico, não é um instrumento que vise viabilizar a Universidade, não se faz uma peça moderna de gestão universitária. Ele disse, ainda, que é preciso avançar muito para que a peça orçamentária seja democrática, participativa e que reflita os anseios da Universidade. Paiva também destacou ter recebido com surpresa uma série de imposições advindas da Reitoria, de modo a engessar os trabalhos da Comissão de Orçamento. Não houve, segundo ele, a devida apresentação dos gastos com receita própria.

Antes que o professor prosseguisse, foi interrompido pela mesa, uma vez que os 5 minutos haviam se esgotado. Frente aos protestos de parte do auditório, ele ganhou mais um tempo para expor sua conclusão, que, para os conselhei-



O presidente da Comissão de Orçamento, professor Cláudio Paiva (foto do alto), fala durante a reunião

ros do Chapão, é um remate de protesto e promessa de trabalho: a inovação na peça orçamentária deve ocorrer de forma profunda, e não com apresentação rápida no CO com direito a três perguntas.

A intervenção do professor Cláudio deu início a um acalorado debate. Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações apontaram que houve precipitação e desrespeito por parte da Reitoria com relação ao envio da pré-proposta orçamentária antes da análise na Comissão de Orçamento. A proposta divulga e publica os valores de modo a engessar eventuais sugestões.

O presidente da Comissão aproveitou a oportunidade para atestar que o valor alocado para contratação docente na pré-proposta, por exemplo, necessita de melhor precisão; disse haver certo espaço para manobra, como no vale alimentação, cujo valor alocado sobrepuja o que é realmente gasto. Finalizou dizendo que um orçamento inteligente precisa prever gastos sem que seja necessário se pendurar “restos a pagar” para o ano subsequente.

Após certa discussão ainda com relação ao repasse do HC, Paiva afirmou a importância de firmar um calendário de reuniões, inclusive com os dois segmentos sindicais. E, como sutileza atrai sutileza, o pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão, professor Leonardo Theodoro Bull, que preside o CADE, enfatizou não saber se, de fato, haverá tempo para reunião com os sindicatos; ao que o professor Paiva respondeu: “daremos um jeito”.

Dentre as muitas perguntas específicas feitas pelos presentes, uma foi sobre a real necessidade do valor repassado para a Fundunesp. Paiva informou ter solicitado informação sobre a discriminação exata de repasse, o que ainda não foi entregue pela Fundunesp. O reitor Sandro Valentini frisou que já houve um enxugamento de funcionários na Fundação e que haverá mais cortes; destacou também a existência de uma dívida



herdada da gestão passada. O reitor também reforçou a indicação de que pretende quitar, no orçamento de 2020, o reajuste de 2,2% relativo à data-base de 2019, não pago pela Unesp.

Nesse ponto, houve vários questionamentos sobre as dívidas que a Reitoria tem com seus trabalhadores, para além dos 2,2%. Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações e Chapão Adunesp conclamaram a Comissão de Orçamento do CADE a analisar uma forma de quitar a dívida global com os salários, o que inclui os 3% não pagos em maio/2016 e o total de perdas desde 2015.

A votação final do orçamento de 2020 será feita na reunião do CO em dezembro.

Palavras do reitor e do vice-reitor

Na parte da reunião dedicada aos seus informes, o reitor destacou a participação importante na segunda oitiva na CPI das Universidades, quando pôde esclarecer interpretações equivocadas por parte dos deputados. Destacou que a Coordenação de Pessoas (CGP) foi instruída a fazer o ajuste devido ao extra-teto (2% dos ativos e 3% dos inativos); mostrou-se bastante contrariado nessa questão, pois se trata de docentes de altíssimo gabarito. O reitor informou que o professor Edson Capello foi indicado como representante da Reitoria junto à frente parlamentar em defesa da Unesp (a FrenteUnesp) e relatou a aprovação de emenda parlamentar que permitirá aporte financeiro para melhoria de cursos de graduação. Ele relatou, por fim, que a assessoria jurídica da Universidade solicitou revisão da decisão do TRT-SP, sobre o reajuste de 3% aos celetistas, referindo-se à causa ganha recentemente pela Adunesp.

A respeito dos informes do reitor, conselheiros do Chapão levantaram alguns contra-pontos. Em relação à CPI, disseram que, realmente, a participação do reitor e sua equipe foi boa, mas que as respostas a alguns questionamentos ficaram insuficientes: sobre a questão das bolsas pagas a membros da Reitoria, não foi explicado, por exemplo, o porquê de um dos pesquisadores não ter colocado a pesquisa em seu currículo Lattes; sobre os 129 funcionários via Fundunesp e que prestam serviço à Unesp, ficou incompleta a explicação de que são con-tratados para projetos de pesquisa, uma vez que são terceirizados; ainda sobre a Fundunesp, por que os vencimentos dos funcionários que prestam serviços à Unesp foram retirados do Portal da Transparência da Fundação desde março 2019? Outro ponto (que não constou nos informes do reitor durante a reunião) foi quanto à denúncia de que os procuradores/assessores jurídicos da Unesp são contratados de maneira irregular; inclusive, o Ministério Público já havia aceitado a denúncia e feito recomendações à Unesp.

Já o vice-reitor, professor Sérgio Nobre, discorreu sobre o processo de redepartamentação, que é matéria do CEPE, e que está em etapa final, “não podendo mais ser postergada”. Opinou, ainda, que a CPI das Universidades critica a Unesp porque parte de sua comunidade interna coloca “dificuldades à modernização na Universidade”.

À pergunta de uma conselheira docente, sobre quais seriam os critérios utilizados para a distribuição das 100 vagas docentes (em RTC, regime parcial de 24 horas) anunciadas, o reitor limitou-se a dizer que sua resposta viria na reunião de dezembro. Ainda sobre a mudança do regime de contratação

preferencial para os docentes (do integral em RDIDP para o parcial em RTC), conselheiros do Chapão Adunesp criticaram a medida, feita ao arrepio do Estatuto da Universidade, o que contribuiu para que perca progressivamente sua autonomia.

Mudanças na votação docente

A proposta de alteração no formato de votação dos professores nas eleições para os órgãos colegiados centrais gerou muitas críticas. De acordo com o texto apresentado, os docentes deixariam de votar na totalidade dos cargos em disputa e passariam a votar somente nos candidatos de suas respectivas áreas/subáreas. As críticas centrais apontaram que isso significaria um empobrecimento da representação docente e dos debates sobre os problemas da Universidade. Isso porque um representante eleito não debate apenas coisas da sua subárea, mas principalmente medidas que afetam o conjunto da Universidade.

A proposta de mudança foi rejeitada, com 42 votos contrários, 30 a favor e 5 abstenções.

Outros pontos

O item 3 da pauta, relativo à organização das unidades complementares, foi retirado de pauta por 36 votos pela retirada, 31 contrários e 4 abstenções.

Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações falaram sobre a degradação das condições de trabalho dos servidores, incluindo os terceirizados. Falaram também sobre a questão dos trabalhos em comissões do CADE, como é o caso da comissão da Carreira, que já está trabalhando há cerca de um ano, porém, sem os resultados e metas previstas, ou seja, sem o bônus financeiro. Também discutiram sobre a comissão da Reforma Administrativa, cujo trabalho é muito duro, e sugeriram a sua suspensão enquanto não se defina a questão da redepartamentação no CEPE.

Neste ponto, conselheiros vinculados ao Chapão Adunesp criticaram a redepartamentação, feita à revelia de critérios acadêmicos.

Membros do Chapão Sintunesp/Associações questionaram o fato de que, na campanha para a Reitoria, a atual administração disse que seria “diferente”, mais “próxima das entidades” e “transparente”. No entanto, o que se vê hoje é uma indisposição em conversar com os sindicatos. No caso do Sintunesp, a Pauta Específica, protocolada em julho, segue “esquecida”. Não houve respostas a esta crítica.

Importância de se posicionar

Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações fizeram uso da palavra para criticar a postura passiva de parte do Conselho. A crítica foi ilustrada com um trecho do poema “*No caminho com Maiakovski*”, de Eduardo Alves da Costa:

“Na primeira noite eles se aproximam / e roubam uma flor / do nosso jardim. / E não dizemos nada. / Na Segunda noite, já não se escondem: / pisam as flores, / matam nosso cão, / e não dizemos nada. / Até que um dia, / o mais frágil deles / entra sozinho em nossa casa, / rouba-nos a luz e, / conhecendo nosso medo, / arranca-nos a voz da garganta. / E já não podemos dizer nada.”